



Procurador da PGE AL  
**Simulado de Reta Final**  
Provas Objetivas

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Este é o Simulado de Procurador da PGE-AL.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PGE-AL-11-09>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

**PROVA OBJETIVA****DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

**01.** O estudante de Direito (...), regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil/DF (...), sem representar qualquer parte processual, requer vista dos autos e extração de cópias “para fins de estudo acadêmico jurídico”.

Neste caso, é correto afirmar:

a) Impede-se seja deferida vista dos autos fora de cartório ou secretaria de tribunal uma vez que, conforme o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, só se permite aos estagiários a prática das atividades privativas da advocacia em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.

b) Possibilita-se seja deferida vista dos autos fora de cartório ou secretaria de tribunal ainda que, conforme o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, ausente acompanhamento de advogado.

c) Possibilita-se seja deferida vista dos autos fora de cartório ou secretaria de tribunal desde que, conforme o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, com acompanhamento de advogado e para cópia apenas dentro da secretaria.

d) Impede-se seja deferida vista dos autos fora de cartório ou secretaria de tribunal uma vez que, conforme o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, só se permite aos estagiários a cópia dos autos dentro da secretaria e em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.

e) Impede-se seja deferida vista dos autos ao estagiário em qualquer situação profissional.

**02.** Acerca do Exercício da Advocacia, assinale a alternativa correta.

a) O advogado é indispensável à administração da justiça, não podendo a sua presença ser dispensada em quaisquer atos jurisdicionais.

b) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas não ofende os princípios

constitucionais da isonomia e da liberdade associativa.

c) Em razão do exercício eventual da profissão em seção diversa daquela em cujo território possui domicílio profissional, constitui nulidade processual o fato de o advogado constituído pelo réu não se achar inscrito suplementarmente na seção em que vem a exercer em favor do acusado, o patrocínio da causa penal.

d) Ainda que se trate de ação autônoma, o mandato originário se estende à proposição de ação rescisória.

e) O direito de petição, por sua natureza constitucional, impõe o reconhecimento excepcional da capacidade postulatória ao cidadão que o exerça.

**03.** Acerca do princípio da ampla defesa, assinale a alternativa correta:

a) O indeferimento de acesso aos autos de procedimento resultante de interceptação telefônica daqueles que não figuram como investigados afronta o enunciado da Súmula Vinculante 14, a qual não determina o acesso aos processos sigilosos apenas dos investigados.

b) O julgamento in absentia não fere direito de defesa, uma vez que, ainda assim, é possível conhecer a versão do acusado por diversos outros meios.

c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, mesmo ainda não documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

d) Nenhum dispositivo constitucional torna a investigação criminal exclusividade da polícia nem afastam os poderes de investigação do Ministério Público.

e) A determinação de elaboração de laudo pericial na fase do inquérito, sem prévio oferecimento de quesitos pela defesa, ofende o princípio da ampla defesa.

**04.** Com relação ao princípio da dignidade da pessoa humana, julgue os itens a seguir:

I. A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza, em nenhuma hipótese, a soltura do condenado em regime prisional mais gravoso.

II. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, não se podendo falar em responsabilidade civil do Estado

III. Ad impossibilia nemo tenetur, nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do poder público.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

**05.** “A desilusão do cidadão com a política é coisa antiga; hoje em dia, ele está cada vez mais inquieto, raivoso, até desdenhoso. Faz tempo que os sistemas partidários parecem paralisados; hoje, o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália. Não é de hoje que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou governo; agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si.” Yascha Mounk em “O Povo contra a democracia”.

Com relação ao princípio democrático, julgue os itens a seguir:

I. Direitos Políticos são meios pelos quais a Constituição assegura o exercício da soberania popular, de forma direta ou indireta.

II. Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre

matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

III. A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

**06.** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

II. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano seguinte às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de oitenta Deputados.

III. Cada Território elegerá quatro Deputados.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

**07.** Conforme a Constituição Federal, não se exige a sanção do presidente da república quando o Congresso:

- a) dispor sobre sistema tributário.
- b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- c) dispor sobre limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
- d) dispor sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.
- e) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

**08.** A perda do mandato de senador ou deputado será declarada pela mesa respectiva na situação indicada na assertiva:

- a) perda ou suspensão dos direitos políticos
- b) Imposição de condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- c) procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- d) quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição.
- e) ser, desde a posse, proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

**09.** Configura-se um limite circunstancial ao poder de emendar a Constituição Federal:

- a) A vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio limitada, plena e contida.
- b) A separação dos poderes.
- c) O exercício de direitos fundamentais.
- d) A rejeição de proposta de emenda na mesma sessão legislativa.
- e) A forma federativa de estado.

**10.** “... abordar o significado social e político de textos constitucionais, exatamente na relação inversa da sua concretização normativo-jurídica. (...) O problema não se reduz, portanto, à discussão tradicional sobre ineficácia das normas constitucionais. Por um lado, pressupõe-se a distinção entre texto e norma constitucionais; por outro, procura-se analisar os efeitos sociais da legislação constitucional normativamente ineficaz”.

O texto acima transcrito, de um famoso doutrinador constitucionalista, refere-se ao seguinte fenômeno:

- a) Ativismo judicial.
- b) Autocontenção.
- c) Totalitarismo Constitucional.
- d) Constitucionalização Simbólica.
- e) Filtragem constitucional.

**11.** A Constituição a primeiro prever o controle de constitucionalidade foi a constituição de:

- a) 1824.
- b) 1891.
- c) 1934.
- d) 1937.
- e) 1946.

**12.** Segundo a CF/88, à exceção do constante na alternativa a ser assinalada, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- a) a existência da União.
- b) o voto obrigatório.
- c) a segurança interna do País.
- d) o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- e) o exercício de direitos individuais.

**13.** O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele não participa:

- a) o Vice-Presidente da República.
- b) os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- c) os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.
- d) o Ministro da Justiça.
- e) o Ministro das Relações Exteriores.

**14.** Julgue os itens a seguir com base na jurisprudência do STF.

I. Os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório, motivo pelo qual não se justifica a concessão de qualquer benefício a ex-ocupante do cargo de forma permanente, sob pena de afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade pública e da responsabilidade com gastos públicos.

II. Por tratar de matéria de competência reservada à União, apresenta vício de inconstitucionalidade formal lei municipal que institui direitos e obrigações das rádios comunitárias.

III. Por tratar de matéria de competência reservada à União, apresenta vício de inconstitucionalidade formal lei municipal que estabelece infrações, sanções e o pagamento de taxa de funcionamento

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

**15.** Julgue os itens a seguir com base na jurisprudência do STF.

I. Não se exige reserva de iniciativa em norma que, transcendendo o propósito de dispor sobre servidores públicos ou criar órgão público, dá configuração a uma instituição de Estado, definindo os seus objetivos e tratando de sua

autonomia, da nomeação e da exoneração de seu Presidente e diretores.

II. É formalmente inconstitucional lei complementar — cujo processo legislativo teve origem parlamentar — que contenha regras de caráter nacional sobre a aposentadoria de policiais.

III. Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) a iniciativa para propor projeto de lei que disponha sobre critério de desempate para promoção na carreira da magistratura.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

**16.** Conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

a) É objetiva, com base na teoria do risco integral, a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.

b) É lícito o impedir que candidato prossiga no concurso público porque foi usuário de drogas há sete anos.

c) O teto constitucional remuneratório incide sobre os salários pagos por empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, ainda que não recebam recursos da Fazenda Pública.

d) É constitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 (dez) anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual.

e) É incompatível com a Constituição Federal a emenda à Constituição estadual que institui, como limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais, o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

**17.** Nos termos da Lei 10.520/2002, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior:

- a) 8 dias úteis.
- b) 10 dias úteis.
- c) 8 dias.
- d) 10 dias.
- e) 15 dias.

**18.** Sobre o Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que

- a) O mandado de segurança constitui via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.
- b) Caracteriza cerceamento de defesa no Processo Administrativo Disciplinar a ausência de interrogatório, ainda que tenha contribuído para tal o próprio investigado.
- c) A falta de intimação de advogado constituído para a oitiva de testemunhas gera nulidade, mesmo que intimado o servidor investigado.
- d) Não é possível o aproveitamento de prova produzida em processo administrativo disciplinar declarado nulo para a instrução de novo PAD, ainda que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, e que o vício que ensejou referida nulidade não recaia sobre a prova que se pretende aproveitar.
- e) É possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.

**19.** No que diz respeito às regras sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público, previstas na LINDB (Decreto-lei nº 4.657/42), é correto afirmar:

- a) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa ou erro grosseiro.
- b) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever

regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

c) É possível decidir com base em valores jurídicos abstratos na esfera judicial sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, mas não nas esferas controladora e administrativa.

d) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza, ainda que relativas à fatos distintos.

e) A edição de atos normativos de mera organização interna poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

**20.** Sobre Contratos Administrativos, nos termos da Lei 8.666/93, é correto afirmar:

- a) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela administração quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- b) É vedada a ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese de rescisão do contrato administrativo de serviços essenciais.
- c) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- d) É prescindível a manutenção do equilíbrio econômico financeiro para a alteração unilateral do contrato administrativo.
- e) A alteração unilateral do contrato independe de motivação, por ser uma cláusula exorbitante.

**21.** No que diz respeito ao tema Bens Públicos, assinale a alternativa correta

a) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista, ainda que sujeitos a uma destinação pública, são suscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.

b) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, retiram o domínio da União, quando se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.

c) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

d) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo não revela dano presumido à coletividade, sendo indispensável prova de prejuízo em concreto.

e) Terras em faixas de fronteira e aquelas sem registro imobiliário não são, por si só, terras devolutas, cabendo ao ente federativo comprovar a titularidade desses terrenos.

**22.** Acerca do Terceiro Setor, é incorreto afirmar

a) As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem à promoção do voluntariado.

b) Para qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado não podem ter fins lucrativos, devem ter sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos em lei.

c) Não constituem impedimento à qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público as operações destinadas a microcrédito realizadas com instituições financeiras na forma de recebimento de repasses, venda de operações realizadas ou atuação como mandatárias.

d) De acordo com o TCU, a celebração do termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público demanda licitação.

e) É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

**23.** Com base na Lei 14.133/2021, sobre contratos administrativos, é correto afirmar:

a) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, sendo devida, entretanto, a devolução da garantia de proposta feita em favor do órgão ou entidade licitante.

b) Para a alocação de riscos serão considerados a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.

c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 8.000,00 (quatro mil reais).

d) O contrato celebrado mediante licitação, deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, como condição indispensável de sua eficácia.

e) O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado, não havendo a possibilidade de os riscos serem compartilhados.

**24.** Relativamente aos Concursos Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração e a preservação da igualdade entre todos os candidatos, ainda que acarrete ônus desproporcional à Administração Pública.
- b) O encerramento do concurso público conduz à perda do objeto do mandado de segurança que busca aferir suposta ilegalidade praticada em alguma das etapas do processo seletivo.
- c) Há configuração de preterição de candidato aprovado em concurso público na hipótese em que a administração pública procede à nomeação de outros candidatos em classificação inferior, ainda que por força de decisão judicial.
- d) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- e) O portador de surdez unilateral tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

**25.** Em relação aos Poderes Administrativos, é correto afirmar:

- a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.
- b) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.
- c) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação

própria do Estado e em regime não concorrencial.

d) A autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) O exercício do poder de polícia é limitado à prática de atos concretos, não podendo se dar por meio de atos normativos.

**26.** Sobre as Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta

- a) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.
- b) Constitui parceria público-privada a concessão comum, ainda que não envolva contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de projeto executivo.
- d) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, vedada a aquisição da maioria do seu capital votante pelo ente contratante ou por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em qualquer caso.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.

**27.** No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.

c) Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República e dos Governadores, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

e) A conduta do agente público de frustrar a licitude de processo licitatório configura ato de improbidade administrativa, sancionada a título de dolo ou culpa, desde que haja comprovação da efetiva lesão ao patrimônio público.

**28.** Relativamente aos Servidores Públicos, assinale a alternativa correta:

a) O Poder Judiciário possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

b) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos gera direito subjetivo a indenização.

c) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

d) O direito ao auxílio-alimentação estende-se aos servidores inativos.

e) É constitucional lei municipal prevendo subsídio vitalício considerado o exercício de mandatos de vereador e a conseqüente pensão em caso de morte.

**29.** Nos termos da Lei 14.133/2021, na contratação de serviços e obras, quando o regime de execução for de contratação integrada, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de:

a) 08 dias úteis.

b) 15 dias úteis.

c) 10 dias úteis.

d) 25 dias úteis.

e) 60 dias úteis.

**30.** Nos termos da Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

a) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 20 (vinte) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

b) É dispensável a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

c) É inexigível a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

d) É inexigível a licitação nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

e) O leilão exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Michael de Jesus

**31.** Em matéria de processo tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) É cabível a impetração de mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- b) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- c) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- d) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- e) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

**32.** Em matéria tributária, além de constituir uma ação possível de levar à extinção de crédito tributário em caso de êxito do contribuinte, o mandado de segurança, até que proferida a sentença, poderá dar ensejo à suspensão da exigibilidade do crédito tributário nos casos de concessão de liminar. Sobre essa importante ação de iniciativa do contribuinte é correto afirmar que:

- a) em matéria tributária, o mandado de segurança somente pode ser manejado se houver crédito tributário constituído, ou seja, não cabe na via preventiva.
- b) o mandado de segurança poderá ser impetrado por qualquer pessoa física ou jurídica que sofrer violação ou tiver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.
- c) o mandado de segurança deve ser impetrado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da prática do ato coator pela autoridade.
- d) a decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar desafiará como recurso a apelação.
- e) o juiz poderá conceder liminar em mandado de segurança para a compensação de créditos

tributários, mas esse provimento poderá ser cassado ou revogado até a prolação da sentença.

**33.** Sobre a "Dívida Ativa", assinale a alternativa correta:

- a) A dívida ativa inscrita possui presunção absoluta de certeza e liquidez.
- b) A certidão de dívida ativa precisa apenas indicar o livro e a folha de inscrição, sem necessidade de cumprir qualquer outro requisito de validade previsto em lei.
- c) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito na dívida ativa.
- d) A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- e) Constatadas as causas de nulidade da inscrição da dívida, não há possibilidade de saná-la, sendo nulo o processo de cobrança dela decorrente.

**34.** Analise os itens a seguir e assinale a opção correta, com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

- I. A fiança bancária é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, com fundamento no artigo 151 do CTN.
  - II. O pedido de parcelamento fiscal de um débito constituído por auto de infração e imposição de multa enseja a denúncia espontânea da infração, com a elevação da multa punitiva.
  - III. Enquanto pendente de julgamento um recurso administrativo fiscal interposto por um contribuinte autuado fica vedada à Fazenda Pública o ajuizamento da execução fiscal com vistas a cobrar judicialmente o crédito tributário constituído.
- a) Somente o item I está correto.
  - b) Somente o item II está correto.
  - c) Somente o item III está correto.
  - d) Estão corretos os itens I e III.
  - e) Não há itens corretos.

35. Todas as modalidades abaixo constituem hipóteses de "extinção do crédito tributário", exceto:

- a) Compensação e pagamento.
- b) Prescrição e decadência.
- c) Moratória e isenção.
- d) Remissão e transação.
- e) Ação judicial passada em julgado.

36. Uma indústria localizada no Município de Maceió foi auditada pelo Fisco no que se refere ao seu comportamento fiscal relativo ao ICMS. Diante de irregularidades fiscais apuradas na referida auditoria, o Fisco lavrou o competente auto de infração e imposição de multa, em que constituiu o crédito tributário composto pelo ICMS sonogado, acrescido de juros e multa punitiva. O montante autuado é elevado, não possuindo a indústria patrimônio capaz de solvê-lo. Nesse sentido, sem condições de quitar o débito e descrente do contencioso administrativo, optou por não impugnar administrativamente o lançamento tributário, cujo crédito foi inscrito em dívida ativa. Após a inscrição, optou por vender o único bem imóvel de sua propriedade. Concomitante com a venda, distribuiu a ação judicial de cunho anulatório de débito fiscal, sem efetuar o depósito do montante exigido e sem conseguir a tutela antecipada. Diante do insucesso na obtenção da tutela antecipada, requereu ao Fisco uma certidão negativa de débitos, na esperança de obter um empréstimo junto à rede bancária visando a quitação de sua pendência fiscal. Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir e ao final assinale a alternativa correta:

I. A lavratura de auto de infração e imposição de multa pelo Fisco constituiu o crédito tributário e trata-se de um lançamento tributário da modalidade lançamento de ofício ou direto.

II. Há uma presunção de fraude na venda do imóvel pela indústria autuada ocorrida após a inscrição do débito em dívida ativa, já que não possuía à época patrimônio a ser reservado para o total pagamento da dívida inscrita.

III. A ação anulatória de débito fiscal, mesmo sem ser acompanhada de depósito do montante integral e mesmo que não haja o deferimento de

tutela antecipada, por si só, tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.

IV. O contribuinte fez jus de fato à certidão negativa de débitos fiscais, diante da mera distribuição da ação anulatória de débito fiscal.

Estão corretos:

- a) Os itens I e III.
- b) Os itens II e IV.
- c) Os itens II e III.
- d) Os itens III e IV.
- e) Os itens I e II.

37. Uma pessoa jurídica de direito privado situada na cidade de Maceió (atacadista de determinado produto) adquiriu para revenda, mercadoria sujeita a substituição tributária do ICMS das operações subsequentes, remetida por uma indústria também situada na cidade de Maceió (substituta). O valor da operação foi de R\$ 60.000,00 e a indústria fabricante não destacou o IPI, pois que a mercadoria em questão está sujeita à alíquota zero deste imposto federal. A mercadoria é sujeita à alíquota interna de ICMS de 18% e o comerciante atacadista adquirente (substituído) declarou, no pedido de compra, que irá revender a totalidade dessa mercadoria para varejistas alagoanos, que por sua vez, revenderão para consumidores finais em suas lojas. O valor do ICMS que deverá ser retido na fonte pela indústria a título de substituição tributária, supondo margem de valor agregado prevista pela legislação de 50%, é:

- a) R\$ 10.800,00.
- b) R\$ 5.600,00.
- c) R\$ 0,00 (zero).
- d) R\$ 16.200,00.
- e) R\$ 5.400,00.

**38.** Embora ambos sejam termos indicativos de dupla tributação, bitributação e bis in idem são institutos jurídicos que:

a) se dão quando o mesmo ente tributante edita leis distintas que estabelecem múltiplas exigências tributárias em razão do mesmo fato gerador,

b) se referem à possibilidade de um mesmo fato gerador ser tributado por mais de uma pessoa política.

c) se distinguem na essência conceitual, pois a bitributação se dá quando o mesmo ente tributante edita leis distintas que estabelecem múltiplas exigências tributárias em razão do mesmo fato gerador, enquanto o bis in idem se refere à possibilidade de um mesmo fato gerador ser tributado por mais de uma pessoa política.

d) se distinguem na essência conceitual, pois o bis in idem se dá quando o mesmo ente tributante edita leis distintas que estabelecem múltiplas exigências tributárias em razão do mesmo fato gerador, enquanto a bitributação se refere à possibilidade de um mesmo fato gerador ser tributado por mais de uma pessoa política.

e) que se equivalem para designar a competência da União para instituir impostos extraordinários de guerra, compreendidos ou não em sua competência tributária.

**39.** Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. A observância das normas complementares à legislação tributária exclui a imposição de penalidades a cobrança de tributo e de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

II. A União poderá instituir impostos não previstos na CF/88, mediante medida provisória, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.

III. A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

a) Somente o item I está correto.

b) Somente o item II está correto.

c) Somente o item III está correto.

d) Estão corretos os itens I e III.

e) Estão corretos os itens II e III.

**40.** À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

a) Não fere o princípio da isonomia tributária sobre carregar os bancos comerciais e as entidades financeiras no tocante à contribuição previdenciária sobre a folha de salários.

b) É lícito aos estados e municípios cobrar dos seus servidores públicos contribuição destinada ao custeio de serviços de saúde pública.

c) Por questão de hierarquia normativa, um tratado internacional em matéria tributária nunca será revogado por uma lei ordinária.

d) Por não constar no rol de operações societárias do artigo 132 do CTN, não há responsabilidade tributária na sucessão empresarial por motivo de cisão total ou parcial.

e) O carnê de IPTU possui natureza de boleto de cobrança e não serve para lançamento tributário de ofício.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

**41.** Sobre a tutela de urgência e de evidência, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se hipótese de tutela de evidência, expressamente no CPC, as situações em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, assunção de competência e em súmula vinculante.

b) a estabilização da tutela antecipada em caráter antecedente possui a mesma natureza da coisa julgada.

c) Não é cabível medida liminar em tutela de evidência.

d) No caso da tutela de urgência, poderá ser deferida e efetivada contra o poder público antes do trânsito em julgado do processo.

e) É cabível a tutela de evidência quando ficar caracterizado o abuso aparente do direito de defesa ou o potencial propósito protelatório da parte.

**42.** Julgue os itens a seguir acerca da Reclamação.

I. Para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade será admitida a Reclamação apenas para decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

II. O STF admite a condenação de pagamento de honorários advocatícios.

III. O CPC veda a tutela provisória de urgência.

IV. Na hipótese de súmula vinculante, contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.

É correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV

b) II e III.

c) III e IV.

d) I e IV.

e) I e III.

**43.** De acordo com o STF, referente ao ato tipificado na Lei de improbidade administrativa

a) É imprescritível as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso.

b) Caso haja imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, somente será legitimado o Ministério Público.

c) Não há imprescritibilidade para ações decorrentes de atos praticados em sede da lei de improbidade administrativa.

d) Caso seja reconhecida a imprescritibilidade, não se admitirá a medida de indisponibilidade de bens.

e) É imprescritível as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso e decorrente de culpa grave.

**44.** Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública (lei nº 12.153/09), assinale a alternativa correta:

a) Aplica-se subsidiariamente a Lei nº 12.153/09 somente o Código de Processo Civil e a Lei nº 9.099/95.

b) O valor de sessenta salários-mínimos deve ser mensurado na data da citação do ente público.

c) É competente para julgar execução fiscal, respeitado o limite de 60 salários mínimos.

d) A lei 12.153/09 prevê expressamente o recurso inominado adesivo.

e) Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais.

**45.** Em sede de mandado de segurança, de acordo com o STJ, embora não possua personalidade jurídica, a Assembleia Legislativa poderá demandar em juízo porque

a) Possui personalidade judiciária para defender os seus direitos institucionais.

b) Possui direitos da personalidade para defender os seus direitos institucionais.

c) Possui parcela dos poderes do Executivo, para defender os seus direitos institucionais.

d) Possui personalidade legislativa para defender os seus direitos institucionais.

e) Possui legitimidade para garantir a higidez do processo legislativo.

**46.** Na oposição de embargos de declaração no juizado especial da Fazenda Pública, o ente público terá o prazo de

a) 10 dias úteis.

b) 10 dias corridos.

c) 05 dias úteis.

d) 05 dias corridos.

e) 15 dias úteis.

**47.** Sobre a intervenção móvel prevista na Lei de Ação Popular

- a) Somente poderá se abster de contestar em rol exaustivo previsto em lei.
- b) a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- c) é proibida na lei de improbidade administrativa.
- d) Caso atue ao lado do autor a pessoa jurídica de direito público será mero amicus curiae.
- e) é permitida a determinados órgãos, desde que possuam capacidade judiciária, para defender seus interesses institucionais.

**48.** Julgue os itens, relativos a recursos cíveis.

I. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre mérito do processo.

II. O juízo de primeiro grau recorrido, na hipótese de apelação, deverá fazer a análise de admissibilidade recursal.

III. É cabível recurso de apelação contra a decisão final do incidente de descon sideração da personalidade jurídica.

IV. Cabe recurso extraordinário contra as decisões das turmas recursais que julgam recurso inominado cível.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

**49.** Sobre nulidades no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta, EXCETO:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- c) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
- e) É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

**50.** A respeito da suspensão da liminar, é correto afirmar que

- a) Indeferido o pedido de suspensão pelo presidente do Tribunal de Justiça, caberá novo pedido de suspensão apenas ao presidente do STF.
- b) A suspensão da segurança prevista no art. 15, § 2º da Lei 12.016/09 foi recentemente considerada inconstitucional pelo STF, por ser benesse da Fazenda Pública não permitida na sistemática processual contemporânea.
- c) As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.
- d) Quando, a requerimento apenas do Ministério Público, União e Estados, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença.
- e) Se manejada contra a decisão interlocutória, prejudica a interposição de agravo de instrumento.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**51.** Sobre o domicílio, é correto afirmar que:

- a) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio para os atos nele praticados o primeiro a ser constituído;
- b) o domicílio dos Territórios será o Distrito Federal;
- c) o domicílio do marítimo é o local onde o navio estiver matriculado;
- d) o agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado na capital do último ponto do território brasileiro onde o teve;
- e) têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, a pessoa jurídica, o marítimo e o preso.

**52.** Manuel passa em frente à casa de Silas todos os dias para ir trabalhar. Toda vez que passa pelo local, Manuel provoca o cachorro de Silas, que fica preso próximo ao portão, deixando o animal muito irritado. Certo dia, ao passar pelo portão, Manuel provocou novamente o cachorro colocando a mão para dentro do portão, mas o animal se irritou tanto que o quebrou e atacou Manuel, arrancando parte da sua mão.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Silas deverá indenizar Manuel, pois a responsabilidade por fato de animal é objetiva, não admitindo excludente de responsabilidade;
- b) Silas não será responsabilizado se provar que a culpa pelo dano é da vítima, Manuel;
- c) a responsabilidade de Silas é subjetiva, devendo Manuel provar que ele agiu com culpa ao deixar o animal se soltar;
- d) trata-se de culpa concorrente, pois Silas é responsável pelo animal ter quebrado o portão e Manuel responsável por colocar a mão no portão e provocar o animal;
- e) a responsabilidade de Silas é subjetiva, admitido como única excludente de responsabilidade a força maior.

**53.** Lei nova regulou inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) a lei anterior não foi revogada, pois só é permitida a revogação expressa;
- b) caso a lei nova seja revogada, sem nova regulação, a lei anterior se restaura, voltando a vigor, de modo a evitar a lacuna normativa;
- c) caso sejam feitas correções no texto da lei, após sua entrada em vigor, não será considerada lei nova;
- d) não dispondo outro prazo, a lei nova entrará em vigor em quarenta e cinco dias, depois de sua publicação oficial;
- e) no estrangeiro, a lei nova será obrigatória após noventa dias depois de oficialmente publicada.

**54.** Alberto, executivo renomado, casado com Paula, foi viajar a trabalho para outro país. Contudo, seu voo não chegou ao destino, pois o avião caiu no oceano. O corpo de Alberto não foi encontrado. Com base no caso assinale a alternativa correta:

- a) pode ser declarada a morte presumida de Alberto, sem decretação de ausência, somente podendo ser requerida depois de esgotadas as buscas;
- b) poderá ser decretada a morte presumida de Alberto após a declaração da ausência, assim que a lei autorizar a abertura da sucessão definitiva;
- c) o juiz deverá decretar a ausência e nomear curador para a administração os bens do ausente, que será seu cônjuge, desde que não esteja separada de fato há mais de dois anos;
- d) será considerada como data do falecimento de Alberto o dia em que forem encerradas as buscas;
- e) a sentença declaratória de morte presumida será averbada em registro público.

55. Sobre os direitos de personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sem exceção;
- b) é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
- c) pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, cessando-se a proteção dos direitos de personalidade com a morte;
- d) o pseudônimo adotado goza da mesma proteção que se dá ao nome;
- e) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

56. Mateus e Lucas estava apostando corrida na rua com seus carros, o conhecido “racha”. Ao passar por uma via movimentada, ambos perderam o controle dos carros e atingiram uma loja, atravessando a parede e ferindo gravemente três pessoas que estavam no local. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Mateus e Lucas são subsidiariamente responsáveis pelos danos causados;
- b) caso Mateus venha a falecer no curso do processo, o direito de exigir a reparação não se transmitirá com a herança;
- c) caso uma das vítimas venha a falecer, a indenização consistirá no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima, sem repercussão moral;
- d) a indenização será medida pela gravidade do dano;
- e) Mateus e Lucas deverão indenizar os ofendidos das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além dos demais prejuízos que o ofendido prove haver sofrido.

57. Sobre a formação dos contratos, é correto afirmar que:

- a) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta;
- b) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante;
- c) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta imediatamente;
- d) a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos, não podendo ser revogada;
- e) mesmo se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, não se reputará concluído o contrato, pois a lei não admite aceitação tácita.

58. De acordo com o Código Civil, velará pelas fundações:

- a) o Ministério Público Federal.
- b) o Ministério Público Federal, se funcionarem no Distrito Federal ou em Território.
- c) se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo ao Ministério Público do Estado em que primeiro tiver sido registrada a fundação.
- d) o Ministério Público do Estado onde situadas, em qualquer caso e ainda que conjuntamente, se estenderem suas atividades por mais de um Estado, à exceção do Distrito Federal e Territórios, no qual atuará o Ministério Público respectivo.
- e) o Poder Público Municipal ao qual vinculada a sede da fundação.

59. Em relação à prescrição, é correto afirmar que:

- a) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por até duas vezes;
- b) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por quantas vezes couber;
- c) ela somente pode ser alegada como matéria preliminar em ação judicial, não ocorrendo durante o trâmite processual;
- d) a sua interrupção poderá ocorrer uma única vez, sendo vedada a sua repetição para além dessa única vez, conforme previsão legal expressa;
- e) apenas o despacho do juiz competente é capaz de interromper a prescrição.

60. Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável;
- b) a coisa consignada pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço;
- c) o consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição;
- d) é contrato gratuito;
- e) uma vez entregue os bens móveis objeto do contrato estimatório, o consignatário não mais pode restituir ao consignante a coisa consignada.

## DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessôa

61. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- a) é proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.
- b) o empregado estudante, menor de dezoito anos, não terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- c) é permitido exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.
- d) ao menor de vinte e um anos é vedado o trabalho noturno.
- e) nenhuma das anteriores.

62. A respeito da terceirização, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A nova regulamentação da terceirização permite, até mesmo, que a empresa prestadora dos serviços subcontrate a prestação de serviços. Em outras palavras, a lei permite a chamada 'quarteirização'.
- b) A nova regulamentação da terceirização atribui à empresa prestadora dos serviços a responsabilidade por garantir condições de trabalho seguras aos seus trabalhadores, inclusive quando o trabalho for realizado em outras dependências.
- c) A nova lei da terceirização definiu elementos mínimos para o contrato de prestação de serviços, celebrado entre contratante e a empresa prestadora dos serviços. A despeito disso, tal avença prescinde da especificação do serviço a ser prestado.
- d) De acordo com a nova lei da terceirização, pode figurar como contratada a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício.
- e) Nenhuma das anteriores.

**63.** Dentre as normas gerais de tutela do trabalho encontramos na Consolidação das Leis do Trabalho regras que disciplinam a duração de trabalho, os períodos de descanso e intervalos e o trabalho noturno.

Sobre esse tema:

a) não serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.

b) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno não será computado na jornada de trabalho, mesmo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

c) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso do trabalhador.

d) o uso de instrumentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa ao empregado caracteriza o regime de sobreaviso.

e) considera-se noturno, para o trabalhador urbano, o trabalho executado entre as vinte e uma horas de um dia e às seis horas do dia seguinte.

**64.** De acordo com a legislação trabalhista, julgue o item.

a) O vale-transporte possui natureza salarial, sendo incorporado à remuneração. Portanto, constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de FGTS e se configura como rendimento tributável do trabalhador.

b) O vale-transporte não possui natureza salarial e não é incorporado à remuneração. Contudo, constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de FGTS e se configura como rendimento tributável do trabalhador.

c) O vale-transporte não possui natureza salarial e não é incorporado à remuneração. Portanto, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de FGTS e não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

d) O vale-transporte não possui natureza salarial e não é incorporado à remuneração. Portanto, não constitui base de incidência de contribuição

previdenciária ou de FGTS, embora seja considerado rendimento tributável do trabalhador.

e) Nenhuma das anteriores.

**65.** Acerca dos grupos econômicos e da sucessão de empregadores, julgue os itens a seguir, considerando a reforma trabalhista de 2017.

I Uma vez caracterizada a sucessão trabalhista, apenas a empresa sucessora responderá pelos débitos de natureza trabalhista, podendo-se acionar a empresa sucedida somente se comprovada fraude na operação societária que transferiu as atividades e os contratos de trabalho.

II Para a justiça do trabalho, a mera identidade de sócios é suficiente para configurar a existência de um grupo econômico.

III Configurado o grupo econômico, as empresas responderão subsidiariamente pelas obrigações decorrentes das relações de emprego.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Lucas Pessôa

66. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o entendimento sumulado pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que o jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, mas não o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

b) O direito processual comum será aplicado sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.

c) Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico.

d) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no de seu domicílio.

e) O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 8 dias.

67. No que diz respeito ao rito sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

c) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.

d) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem

como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

e) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

68. Assinale a alternativa que apresenta o recurso admissível das decisões definitivas e terminativas das varas e dos juízos investidos de jurisdição trabalhista.

a) agravo de petição

b) apelação

c) agravo de instrumento

d) recurso de revista

e) recurso ordinário

69. Sobre a Responsabilidade por dano processual incluída recentemente na CLT, assinale a alternativa correta.

a) A multa de litigância de má-fé poderá ser aplicada de ofício ou a requerimento.

b) Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

c) A execução da multa de litigância de má-fé dar-se-á em autos apartados.

d) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o último salário contratual do ofendido.

e) Não se aplica a multa de litigância de má-fé à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa, pois não é parte na ação.

70. Conforme disposição na CLT sobre dano extrapatrimonial, é correto afirmar que

- a) não poderá ser pleiteada cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.
- b) a autoestima não é um bem jurídico tutelável.
- c) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido.
- d) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza leve, até duas vezes o último salário contratual do ofendido.
- e) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza gravíssima, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.

## DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

71. Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) Uma das possíveis condições é a de que haja demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de

receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

72. Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.
- b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.
- e) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

**73.** A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis

c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

**74.** Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

a) Geral do Orçamento.

b) do Plano Plurianual.

c) de Diretrizes Orçamentárias.

d) do Orçamento Anual.

e) de Responsabilidade Fiscal.

**75.** O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.

b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.

c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.

d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

## DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

**76.** Regra geral, todo imóvel rural localizado no Estado de Alagoas deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, no percentual mínimo de:

a) 25%.

b) 15%.

c) 80%.

d) 35%.

e) 20%.

**77.** Sobre outorga de direito de uso de recursos hídricos, assinale a alternativa correta:

- a) A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou dos Municípios.
- b) A outorga implica a alienação parcial das águas.
- c) Independe de outorga pelo Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- d) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso unitário destes.
- e) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo, e não qualitativo, dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

**78.** Um empreendimento localizado na Reserva Indígena Fazenda Canto, no Município de Palmeira dos Índios/AL, deverá ser licenciado:

- a) Pelo Estado de Alagoas.
- b) Pelo Município de Palmeira dos Índios.
- c) Pelo Município de Palmeira dos Índios e pelo Estado de Alagoas, conjuntamente.
- d) Pela União e pelo Município de Palmeira dos Índios, conjuntamente.
- e) Pela União.

**79.** Foi publicada, no Estado de Alagoas, lei que condiciona o licenciamento ambiental a prévia autorização da Assembleia Legislativa. Esta lei é:

- a) Segundo entendimento do STF, essa lei é inconstitucional, pois implica em indevida interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.
- b) Inconstitucional, pois a competência para legislar sobre matéria ambiental é exclusiva da União.
- c) Constitucional, pois a competência para legislar em matéria ambiental é exclusiva dos Estados e do DF.
- d) Inconstitucional, pois os Estados não podem legislar sobre proteção ao meio ambiente.

e) Constitucional, já que a competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.

**80.** Assinale a alternativa correta:

- a) A competência para legislar sobre direito urbanístico é exclusiva dos Municípios, pois se trata de matéria afeta aos entes federativos locais.
- b) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de doação entre particulares.
- c) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por três anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- d) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- e) A função social da propriedade urbana é cumprida quando ela atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

**81.** Quais das unidades de conservação abaixo não necessitam de consulta pública para sua criação:

- a) Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental.
- b) Reserva Biológica e Reserva Extrativista.
- c) Reserva da Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- d) Estação Ecológica e Reserva Biológica.
- e) Parque Nacional e Monumento Natural.

**82.** Sobre a estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, assinale a alternativa correta:

- a) O órgão superior do SISNAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- b) O órgão central do SISNAMA é o Conselho de Governo.
- c) O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- d) Os Municípios não participam da estrutura do SISNAMA.
- e) Os órgãos seccionais do SISNAMA são os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

**83.** Sobre a servidão ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida por lei.
- b) É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.
- c) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 20 (vinte) anos.
- d) A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Extrativista.
- e) A servidão ambiental só poderá ser gratuita.

**84.** Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) Os instrumentos utilizados na prática da infração ambiental serão vendidos, garantida a sua caracterização e identificação.
- b) Uma das penas restritivas de direitos aplicáveis às pessoas jurídicas é a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, que não pode ultrapassar 05 anos.

c) A responsabilidade civil ambiental é objetiva, pessoal e calcada na teoria do risco integral.

d) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva e solidária.

e) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas em decorrência de crimes ambientais são: multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

**85.** Quanto a tutela do meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

b) A competência administrativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.

c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, somente pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

e) É facultado ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

**86.** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, incide contribuição previdenciária sobre a seguinte parcela da remuneração do servidor:

- a) terço de férias.
- b) pagamento retroativo de subsídios.
- c) serviços extraordinários.
- d) adicional noturno.
- e) adicional de insalubridade.

**87.** Assinale a alternativa correta no que tange ao financiamento da seguridade social, conforme a legislação vigente:

a) A alíquota de contribuição do segurado especial, do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

b) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.

c) A contribuição do empregado, ressalvado o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.

d) A alíquota de contribuição do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

e) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 7,5%, 9%, 12% e 14%.

**88.** Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:

a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.

b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui deficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.

d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.

e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

**89.** De acordo com a Constituição Federal, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar:

a) exclusivamente os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

b) exclusivamente os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, mediante caracterização por categoria profissional, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência.

c) a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria em favor dos segurados com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

d) a possibilidade de previsão de carência e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria em favor dos segurados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

e) os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física; quando se tratar de segurados portadores de deficiência ou quando se tratar de segurados sujeitos a atividades perigosas.

**90.** A respeito da pensão por morte no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os dependentes de trabalhador rural não têm direito à pensão previdenciária, se o óbito ocorreu anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 11/71.
- b) É indevida a prorrogação da pensão por morte ao filho maior de 21 anos, ainda que esteja cursando o ensino superior.
- c) Para fins de concessão de pensão por morte, é incabível a regularização do recolhimento de contribuições de segurado contribuinte individual posteriormente a seu óbito, exceto quando as contribuições devam ser arrecadadas por empresa tomadora de serviços.
- d) A comprovação de união estável para efeito de concessão de pensão por morte prescinde de início de prova material.
- e) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

## DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

**91.** Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

- a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.
- b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.
- c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

**92.** São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido

pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

- a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.
- b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.
- c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.
- d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.
- e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

**93.** Em relação aos contratos empresariais seguintes,

- a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.
- b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.
- c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.
- d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.
- e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

**94.** Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

**95.** Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

- a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.
- b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.
- c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.
- d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.
- e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

**96.** Sobre a falência, é possível dizer que:

- a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandem quantia ílquida.
- b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.
- d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

**97.** Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
- b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
- c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
- d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

**98.** A convação da recuperação judicial em falência:

- a) decorre do inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação judicial.
- b) implica na invalidação de atos de administração, endividamento, oneração e de alienação praticados durante a recuperação judicial.
- c) decorre da apresentação do plano de recuperação.
- d) ocorre pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

**99.** Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
- b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
- c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
- d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.
- e) Trata-se de ineficácia fraudulenta.

**100.** Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização

- a) deverá recair primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.
- b) dos sócios restringir-se-á aos valores de suas quotas de capital.
- c) dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.
- d) será do sócio administrador, em razão de suas atribuições sociais.
- e) será solidária em face da não integralização total do capital social.

# Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-AL-11-09>



**Estratégia**  
Carreira Jurídica